



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Estado de São Paulo

14ª REUNIÃO DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL

Data: 18 de novembro de 2024

Hora de Início: 14h32min

Hora de Término: 16h24min

Local: Avenida Tomé Portes Del Rey, nº 507 – Vila São José (EMCA)

Objetivo da Reunião: Iniciar o processo de transição de governo com a apresentação da Secretaria de Meio Ambiente e Bem-estar Animal

Ata da Reunião

Aos 18 dias do mês de novembro de 2024, às 14h32m, Avenida Tomé Portes Del Rey, nº 507 – Vila São José (EMCA), reuniram-se os representantes da atual gestão, aqui denominados como “Equipe de Transição do Prefeito em Exercício”, composta pelos membros: Hamilton José de Oliveira Junior, Paulo de Tarso Cabral Costa Junior, Kátia Cristina de Oliveira e Andrea de Moura Evangelista Ferrari; e os representantes da gestão eleita, aqui denominados como “Equipe de Transição do Prefeito Eleito”, composta pelos membros: Coronel Antônio Joaquim de Oliveira Neto, Matheus Prado, Hugo de Oliveira Vieira Basili, Alexandre Miné Calil, Elisa Manoel, Claudineia Castro. Também estavam presentes: Magali Neves Rodrigues - Secretária de Meio Ambiente e Bem-estar Animal e a Sra. Laís Bonafé Marcondes Pereira – Chefe de Divisão respondendo pelo Departamento de Meio Ambiente. Iniciou-se a reunião com a Secretária de Meio Ambiente e com a Sra. Laís dizendo que está no local do Diretor de Departamento de Meio Ambiente Sr. Gabriel, que está de férias, e relatando que a apresentação foi feita com o layout do Departamento de Comunicação. Em seguida disse que assumiu a secretaria nos 100 dias e no final de 2021 passou a ser SEMABEA. Após a reforma administrativa passou de 3 para 2 departamentos. Apresentou as metas alcançadas, como a publicação da Lei 5986/2024, que possibilitou a aplicação de sanções que o município não executava, e o Sr. Oliveira Neto



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

questionou se a secretaria está conseguindo fazer as fiscalizações, e foi dito pela secretaria que o SEMABEA tem realizado as fiscalizações, com apoio algumas vezes de outros órgãos, como a GCM. A legislação foi feita com base nas diretrizes federais e estaduais, para que pudesse atuar no âmbito municipal de modo a trazer os recursos para a utilização no município. O Sr. Hugo questiona o ano que foi aprovada a referida legislação e foi dito pela Sra. Magali que a lei é de 2024 e em 2019 foi feita a legislação sobre os fiscais, que utilizavam combinação de outras leis do município, e que o município não exercia fiscalização sobre atividades poluidoras, pois a lei não permitia. Hugo questionou sobre estatísticas e se as multas estão abarcadas no fundo. Magali disse que algumas estão no fundo e algumas das multas estão diretas no caixa da prefeitura e relatou que não há problemas com o conselho pois atualmente ele é técnico. Magali falou sobre o plano de macrodrenagem, que auxilia na busca de recursos do convenio federal e estadual. Foi aprovada a taxa de fiscalização ambiental, que proporciona o retorno desses recursos. Tais explicou que quando o município faz o licenciamento, o valor recebido é maior do que só o fiscalizador. Hugo questionou o porquê somos de médio impacto, e foi explicado que atualmente tem de aumentar a equipe para conseguir alterar para alto impacto. Calil questiona se há algum problema em integrar a secretaria a outra e Magali diz que tem uma resolução que diz que tem de ter um órgão ambiental constituído e Hugo explica que pode ser diretoria, que tem de ter um lugar que reúna congruências de competências de cargo, mas precisa ter um cuidado grande para caracterizar autonomia do órgão, Lais diz que tem de ter um órgão, e que a lei atual diz que esse fundo tem de ser regido pela secretaria, deve ter sistema de fiscalização e normas próprias que está vinculado ao meio ambiente e que quando o município deixa de atender algum dos requisitos, tem de avisar ao Consema. Magali diz que quando assumiu o município tinha apontamento do TCESP por estar renunciando receita, e explica que os valores não são mesmo do Estado, mais barato para incentivar a instalação de empresas de Taubaté. Calil perguntou se há um quadro comparativo de valores. Magali diz que tem na lei. Cel. Oliveira questionou como é feita a média complexidade. Lais diz que é por m² e atividades específicas do município, com algumas intervenções tais como intervenção em APP, fiscalização em zona rural, que foi após a alteração da CONSEMA. Deliberação normativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

CONSEMA 001/2024 estabelece os critérios de autonomia dos municípios, assim como diz quais os critérios para o auto impacto. O baixo impacto é até 2500 m e o médio é de 5000 m para atividades poluidores. Oliveira Neto questiona se tem no quadro engenheiro ambiental e Magali esclarece que o quadro atual possui 01 engenheiro Agrônomo, 1 engenheiro ambiental e 01 engenheiro Civil, sendo que o ideal é ter mais um agrônomo e mais um ambiental. Um dos grandes braços é o licenciamento ambiental, inclusive no caso dos serviços da própria prefeitura. Atualmente é cerca de 1000 dias para o atendimento da CETESB, e assim Magali explica que as atribuições da Secretaria contribuem para velocidade que o município precisa para dar celeridade aos projetos. Hugo questiona se para desassoreamento de rio a prefeitura está preparada. Magali disse que sim, mas que é uma questão com outras secretarias. O ideal é o município manter uma frequência de limpeza e no escopo do município é complexo, o que acaba fazendo uma limpeza corretiva. A secretaria do meio ambiente dá uma dispensa para esses serviços realizados pela própria prefeitura, pois geralmente nossos licenciamentos são menores que o exigido por lei. Calil questionou se a Secretaria pode dar autorização para realizar a própria manutenção dos rios. Nunca teve apontamentos sobre essa autorização, houve apontamentos quando foi feito sem a autorização do meio ambiental. Magali deu exemplo das intervenções da Estrada do Pinhão, que sofreu penalizações e até embargos, e após foi discutido com o Cetesb, que impôs a compensação. Hugo questionou qual foi a compensação, e Magali inorou que foi de fazer plantio de árvores em área determinada, que tem de ser contratada a empresa por 2 anos, para gerar relatórios a Cetesb que faz os acompanhamentos. Magali disse que há uma confusão sobre o centro de zoonoses, que fica na saúde, pois trata-se de possível doenças. Deu exemplo dos animais que após o tratamento devem ser encaminhados para o SEMABEA. No CCZ o trabalho é híbrido, com funcionários da saúde, e o SEMABEA tem um olhar de destinação para os animais. Calil questiona sobre o comando do CCZ e Magali diz que é do SEMABEA e que hoje há cerca de 450 animais no CCZ para doação. O hospital tem o intuito de atender pessoas carentes que tem animais e pode ser para quaisquer casos, e porta aberta para qualquer cidadão. São distribuídas 20 senhas diárias para o tratamento básico, sendo que tal serviço é aplicado por outras cidades, tais como Mogi das Cruzes. Explicou que cabe a secretaria a gestão do



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

contrato. O prédio é locado, dentro do termo de referência, pode ser prédio próprio, mas no caso de Taubaté, é locado. O Contrato é fixo no valor de 262 mil reais mês por meio de plano de trabalho, que comporta o atendimento, raio x, e outras situações. Até hoje a OSC tem executado a mais, e Matheus questiona se houve solicitação de reajuste, e Magali diz que teve, porém não foi repassado. Magali informa que para atendimento não é pedido comprovante de endereço, mas para atendimentos programados como cirurgia, é solicitado a comprovação de residência, para salvar os animais do município. Os que são consultas básicas tem de ter comprovante de residência. Calil questiona se o atendimento é 24 horas, e Magali explica que não é e que houve questionamento do Ministério Público, para que a nomenclatura de hospital seja alterado, por demanda do conselho de medicina veterinária. Ficou acordado que devido a todo o processo licitatório citar a palavra hospital, e diante do dever de se chamar clínica veterinária, o ideal é abrir um novo chamamento público, que está em andamento. O contrato vence em junho/25 e pode ser reprogramado. Magali informou que o valor estimado para se transformar a clínica em hospital é mais de 1 milhão de reais e Calil questionou o porquê e daí foi dito que é referente ao aumento do valor do RH, pois a equipe deve duplicar, devido ao aumento do horário e também para o atendimento nos dias de final de semana. Cel. Oliveira questionou se não era, mas fácil encerrar o contrato e foi dito que não seria prudente, pois o processo é moroso e corre o risco de ficar sem o serviço. Quando iniciou o processo, foram 13 parcelas, uma vez que a 1 é parcela é para implantação, e no novo contrato não terá a parcela de implantação, pois se faz uma cessão de uso dos equipamentos para a nova OSC. Foi alertado que pode ocorrer de alterar o endereço, pois a empresa que ganhar é quem adequa o espaço físico de acordo com o escopo do edital. O novo edital aumenta os valores em 4 mil por mês, passando de 262 mil para 266 mil. Matheus questionou se o município tem um manual de contratação de OSC e Magali diz que não há, informando que esse edital foi construído com vários setores, inclusive com o Departamento de compras e com a PGM, e que até a presente data não há apontamentos significativos. O SEMABEA fala que a parceria com o CCZ foi muito proveitosa, inclusive possibilitando a melhoria da gestão do controle de zoonoses, haja vista que a secretaria de saúde não tem condições de se preocupar exclusivamente com tal situação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

A gestão do CCZ pelo SEMABEA auxiliou na infraestrutura, na aquisição de insumos, aliviando a Secretaria de Saúde da preocupação desse serviço, pois nunca houve uma figura de gestão e assim não havia coordenação dos serviços, sendo que hoje é tudo feito, inclusive as emendas impositivas, pelo SEMABEA. Isso gerou uma melhora na infraestrutura, parcerias com Unitaú, controle de vacinação. Sr. Calil perguntou de onde vem os animais e a Sra. Lais explicou que são oriundos de abandono, maus tratos, acidentes, entretanto enfatiza que não houve redução dessas situações, mas sim houve um aumento no número de adoções, com ações como realizada na Praça Santa Terezinha, assim como palestras em escolas. Magali informou que o CCZ sobrevive de emendas impositivas, especialmente oriundas do legislativo municipal. Contou sobre a microshipagem, que é como um grão de arroz, que possibilita identificar a origem do animal, coibindo o abandono. Cel. Oliveira pergunta se o animal doado tem microshipagem e se há muitas no caso de animais abandonados após a doação. Magali disse que tem 2 casos, que foram perdidos segundo os donos e que nas feiras de adoção, 1 vez por mês é feito as microshipagens em animais, inclusive aqueles que já possuem donos. Sobre as ações em andamento, informa que o que o Plano Municipal de Macrodrenagem esta elaborado, que está sendo feita a revisão do Decreto de Arborização, que antes era de zona urbana e agora é municipal, que está sendo elaborada a ATA para plantios de reflorestamento na cidade (para mudas e reflorestamento). Lais falou que conseguiu-se estruturar o conselho e o fundo municipal de meio ambiente, e que o estado está destinando mensalmente cerca de 30 mil reais, sendo que atualmente tem em torno de 600 mil reais. A Gestão do Fundo foi elogiado pelo Governo Estadual, especialmente no que tange o Fundo ter personalidade jurídica, sendo caracterizado como modelo pelo Gaema. Os recursos do fundo não foram utilizados em sua totalidade pois está em construção e em CNPJ próprio, com conta próprio por exigência do GAEMA, sendo subordinado para a Secretaria de Meio Ambiente. Foi utilizado R\$ 50 mil para suprir obra emergência com deliberação do conselho, com destinação para a reforma do banheiro do Itaim, Calil questionou sobre o tipo de aplicação financeira está o recurso não utilizado e foi dito que está em fundos públicos, conforme preconiza a lei. Magali falou sobre o estudo de viabilidade de concessão do Parque do Itaim, e o estudo, chamado de Plano de Manejo



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

que foi finalizado, mas que precisa de um estudo de viabilidade dizendo o que pode ser feito ou não nesse recinto. Matheus disse que pode ser chamamento por PMI e devido ao risco, ninguém fez, pois o ganho de quem faz esse documento e de quem ganha a concessão. Calil perguntou onde está o plano de manejo e foi informado que está no site. Magali enfatizou que o município não tem condições de cuidar do Itaim, devido à escassez de recursos e a complexidade dos gastos. Foi dito sobre o Programa Verde Azul, com 10 diretrizes, e relatado no ano de 2023 o município recebeu certificação, e isso tem ajudado com a captação de recursos. Lais falou que a secretaria tem a interface com várias secretarias e por isso faz a gestão desse programa. Tais fala que devido a demandas do Ministério público, a secretaria tem feito apoio técnico as ações de combate a loteamentos clandestinos (valoração de danos ambientais e recomposição ambiental). Magali explicou as ações de fiscalização ambiental para averiguar imóveis sem ligação de esgoto, que a secretaria notificou os proprietários, com base no cadastro da SABESP. As multas passaram a ser realizadas, conforme o Termo de Ajuste e Conduta firmado com o Ministério Público, após a aprovação. Em relação ao UNA 1, onde as empresas não conseguem se instalar, devido a problemáticas com esgoto, foi explicado que como a SABESP tem de fazer investimentos no município, foi solicitado a expansão da coletora de esgoto em tal local. A SABESP já está executado a licitação. Calil perguntou quais os distritos que tem esse problema e foi informado do UNA 1, UNA 2 e um trecho do Piracanguagá. Magali informa que essa é uma demanda antiga e que foi uma demanda do Promotor para que a Sabesp que a Cetesb a fazer o cronograma de obras. Foi feito o documento com tal situação, onde após o aceite da CETESB, a mesma libera as licenças provisórias de quem está instalado e de que irá se instalar. Magali relatou sobre os convênios do Fehidro no valor de 18 milhões referente a dois projetos apresentados que só foram possíveis por conta do plano de macrodrenagem no Campos Elíseos que já está aprovado e na Av. do Povo. Os recursos de contrapartida já estão previstos no Loa 2025. Acerca da questão do TAC com a proibição dos veículos de tração animal, com demandas somente no início do ano, e o Ministério Público, Cel. Oliveira Neto questionou quem faz a atuação e foi dito que é a mobilidade, que a GMC faz a abordagem, e que o animal é analisado por um veterinário da prefeitura que vai no local da atuação. Se o



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

animal estiver em boas condições, vai com o tutor, mas se o animal estiver ruim, ele será direcionado para o CCZ e o dono recebe uma multa por mal tratos. Até hoje foram recolhidos 2 animais, pois dependem muito de denúncias. Calil questionou quantas pessoas foram impactadas, pois isso é um trabalho da pessoa. Magali disse que é uma questão antiga, desde 2017, que já foi oferecida cursos de capacitação, recolocação profissional, até cursos itinerantes, tem todo o registro no município em ofertar condições para geração de renda, mas não houve ninguém que quis. Há casos que os animais servem de aviãozinho para o tráfico de drogas. Lais disse que o MP tem um núcleo específico para a matéria e são muito atuantes. Magali apresentou a estrutura do SEMABEA e os contratos em andamento assim como as legislações que foram executadas durante o período de 2021 a 2024. Calil questionou se há possibilidade de simplificar alguma legislação para agilizar o trabalho e Lais falou que não há como, pois, são diretrizes para que o município possa executar as fiscalizar. Magali disse que atualmente são 37 servidores no SEMABEA. Elisa questionou quantos não são estatutários, sendo 3 externos, sem CLT. Foi questionado se dos 34 servidores estatutários tem algum perto de aposentadoria, e foi dito que não há ninguém e também não ninguém que esteja envolvido no processo dos 300 servidores apontados pelo MP. Mateus perguntou se eles não participam das atas de locação de máquina, e Magali disse que não tem orçamento para o custeio, e Matheus questionou sobre qual o orçamento da pasta e Magali disse que é algo em torno de 19 milhões, porem demonstrou que está tudo comprometido. Calil perguntou se pode ser feito uma compensação de SP aqui e Magali disse que sim, que o Itaim pode receber recursos por contrapartida e assim foi feito pelo Plano de Manejo e a Construção de Núcleo Ambiental. O ministério público está mandando os recursos minerais para Taubaté devido à escassez de locais para compensação. Magali diz que sobre o uso do Itaim, e enfatiza que não é ideal a pista de skate, pois a manutenção é altíssima. No Itaim, tem alguns equipamentos que estão sobre gestão de outras secretarias. O Teatro, que hoje é auditório, foi reformado pela SEMABEA para apresentação a escolas e outras ações. O núcleo é o primeiro prédio com fotovoltaica, feito todo para sustentabilidade. Foi apresentado o relatório de ações demonstrando as aquisições de uniformes, os plantios de compensações ambientais – projeto reflorestando, o Plano de macrodrenagem, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Estado de São Paulo

prevenção de riscos ambientais, os eventos realizados, inclusive constantes em calendários, ações do CCZ, a premiação do município verde azul. Apresentou as licenças ambientais cadastradas no SEMABEA apresentadas no 1DOC, dizendo que a demanda aumentou. Oliveira Neto questionou se há alguma premiação que o município realiza e Lais disse que está em estudo as diretrizes para a fiscalização para a implantação para o selo verde municipal. Magali disse que apesar do avanço nas contratações de servidores, há necessidades de ampliar o quadro para suprir as demais demandas. Calil questionou como se solicita uma doação de muda, e foi explicado que a solicitação é feita por meio de pedido por 1doc, preenchendo os requisitos. Falou que a SEMABEA emite certidões ambientais. Apresentou-se gráficos sobre o total de adoções e fiscalizações. Magali explicou que não eram multados, pois não tinha servidor para tal ação, e com o concurso que estava aberto, chamou-se 02 fiscais e agora o SEMABEA tem o poder de polícia. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h24min. Sendo a presente Ata assinada pelos coordenadores das equipes de transição.

ASSINATURAS:

Coronel Antônio Joaquim de Oliveira Neto

Coordenador da Equipe de Transição do Prefeito eleito

Hamilton José de Oliveira Junior

Coordenador da Equipe de Transição do Prefeito em exercício